DFP
Demonstrações Financeiras Padronizadas

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
Data Entrega: 28/03/2019
Tipo Apresentação: Apresentação
Versão: 1

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer dos Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Proposta de Orçamento de capital

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.308.194.522
Preferenciais	1.308.194.522
Total	2.616.389.044
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
1.02.02.01.04	Outros Investimentos			
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9	9
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9	9	9
1.02.01.10.02	Ativos de Operações Descontinuadas			

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2	Passivo Total	2.360.075	2.285.996	2.310.444
2.01	Passivo Circulante	226.053	224.482	191.150
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.479	8.596	8.846
2.01.01.01	Obrigações Sociais			
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.479	8.596	8.846
2.01.02	Fornecedores	33.795	28.465	7.369
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais			
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.095	3.792	3.769
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais			
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar			
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	158.047	159.038	158.763
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	141.158	141.779	140.223
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	141.158	141.779	140.223
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.01.04.02	Debêntures	16.889	17.259	18.540
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.01.05	Outras Obrigações	24.637	24.591	12.403
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.614	15.585	4.409
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas			
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	14.614	15.585	4.409
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.01.05.02	Outros	10.023	9.006	7.994
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar			

2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.01.06	Provisões			
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.02	Outras Provisões			
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	1.519.154	1.532.096	1.606.470
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.301.440	1.387.709	1.479.322
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	358.306	467.638	571.806
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	358.306	467.638	571.806
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.02.01.02	Debêntures	943.134	920.071	907.516
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.02.02	Outras Obrigações	143	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143	143
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			

2.02.02.02	Outros			
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.03	Tributos Diferidos			
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			
2.02.04	Provisões	176.233	100.703	81.260
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.782	6.331	4.619
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais			
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.924	3.986	2.404
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.733	2.345	2.215
2.02.04.02	Outras Provisões	118.451	94.372	76.641
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	41.338	43.541	45.745
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	41.338	43.541	45.745
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido	614.868	529.418	512.824
2.03.01	Capital Social Realizado	1.180.000	1.180.000	1.162.500
2.03.02	Reservas de Capital	380.500	205.000	
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			

2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	380.500	205.000	
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros			
2.03.04.01	Reserva Legal			
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar			
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros			
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto			
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-945.632	-855.582	-649.676
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes			
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	504	470	437
2.01.05.02.05	Outros	714	53	19
2.01.05.02.06	Receita Diferida	8.805	8.483	7.538
2.01.06.01.05	Provisões Contas a Pagar			
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	118.451	94.372	76.641
2.02.06.02.01	Receita Diferida	41.338	43.541	45.745

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)				
Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	462.609	528.274	406.449
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-355.054	-393.767	-306.036
3.03	Resultado Bruto	107.555	134.507	100.413
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.236	-37.489	-38.348
3.04.01	Despesas com Vendas			
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.465	-36.659	-39.909
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos			
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.230	120	1.735
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-950	-174
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	67.319	97.018	62.065
3.06	Resultado Financeiro	-161.484	-158.148	-207.218
3.06.01	Receitas Financeiras	7.265	11.186	17.832
3.06.02	Despesas Financeiras	-168.749	-169.334	-225.050
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-94.165	-61.130	-145.153
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.115	-144.776	2.543
3.08.01	Corrente			
3.08.02	Diferido	4.115	-144.776	2.543
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-90.050	-205.906	-142.610
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas			
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas			
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-90.050	-205.906	-142.610
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.01.01	Receita de pedagio e acessorias	321.055	334.060	291.951
3.01.02	Receita de construção	141.554	194.214	114.498
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-214.902	-201.476	-192.691
3.02.02	Custo de construção	-140.152	-192.291	-113.345
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-41.465	-36.659	-34.041
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores			-1.081
3.99.01.01	ON	-0	-0	0
3.99.01.02	PN	-0	-0	0
3.99.02.01	ON	-0	-0	0
3.99.02.02	PN	-0	-0	0
3.04.02.03	Depreciação			-4.787

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-90.050	-205.906	-142.610
4.02	Outros Resultados Abrangentes			
4.03	Resultado Abrangente do Período	-90.050	-205.906	-142.610

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)				
Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	179.969	246.485	183.042
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	186.620	222.775	182.655
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.651	23.710	2.102
6.01.03	Outros			-1.715
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-126.938	-185.568	-72.648
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-80.701	-40.267	-103.740
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes			
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.670	20.650	6.654
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.531	20.881	14.227
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.861	41.531	20.881
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-94.165	-61.130	-145.153
6.01.01.02	Margem de construção	-1.402	-1.923	-1.153
6.01.01.03	Depreciação e amortização	97.750	97.084	95.117
6.01.01.04	Baixa de imobilizado e intangível	637	1.277	386
6.01.01.05	Variações monetárias, cambiais e encargos - liquido	159.197	163.284	224.235
6.01.02.01	Contas a receber de terceiros	-929	-206	-1.332
6.01.02.02	Estoques	-223	-878	1.475
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.435	345	13
6.01.02.04	Outras contas a receber			
6.01.02.05	Adiantamentos	-388	238	23
6.01.02.06	Partes relacionadas	-1.096	22	1.962
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-1.526	-1.152	-671
6.01.02.08	Despesas antecipadas			
6.01.02.09	Fornecedores	5.330	21.096	4.100
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	-3.119	23	-713
6.01.02.11	Salários e encargos sociais a recolher	303	-250	1.304

6.01.02.12	Provisão para manutenção			
6.01.02.13	Receita diferida	-1.881	-1.259	719
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	-5.260	-5.480	-4.778
6.02.01	Aplicações financeiras	7.077	5.503	56.401
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-783	-1.106	-463
6.02.03	Aquisição de intangível	-133.232	-189.965	-128.586
6.03.01	Captação de empréstimos e mútuos		40.098	30.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e mútuos	-141.922	-179.162	-155.710
6.03.03	Juros pagos	-114.279	-123.703	-156.530
6.03.04	Debêntures emitidas			
6.03.05	Aumento de capital	175.500	222.500	178.500
6.01.01.06	Amortização custos de transação debêntures			-4.711
6.03.06	Custos de Transação - Debêntures			
6.01.01.07	Receita diferida			-2.342
6.01.01.08	Provisão para riscos	1.326	1.712	2.287
6.01.01.09	Provisão para devedores duvidosos	-835	-773	352
6.01.01.10	Provisão para manutenção	24.078	17.731	8.837
6.01.02.15	Provisão para fornecedores			
6.01.01.11	Constituição de outorga variável	34	5.513	4.800
6.01.02.20	Outros	673	35	
6.01.02.16	Partes relacionadas	-970	11.176	

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 31/12/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.385.000	0	0	-855.582	0	529.418
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.385.000	0	0	-855.582	0	529.418
5.04	Transações de Capital com os Sócios	175.500	0	0	0	0	175.500
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	175.500	0	0	0	0	175.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-90.050	0	-90.050
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-90.050	0	-90.050
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes						

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	1.560.500	0	0	-945.632	0	614.868

01/01/2017 à 31/12/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						

5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.04	Transações de Capital com os Sócios	222.500	0	0	0	0	222.500
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	222.500	0	0	0	0	222.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-205.906	0	-205.906
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-205.906	0	-205.906
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes						
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						

Powered by MZiQ

5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	1.385.000	0	0	-855.582	0	529.418

01/01/2016 à 31/12/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	178.500	0	0	0	0	178.500
5.04.01	Aumentos de Capital	178.500	0	0	0	0	178.500
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						

5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-142.610	0	-142.610
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-142.610	0	-142.610
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes						
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						

5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)				
Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	496.028	562.630	435.730
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	352.412	367.523	320.023
7.01.02	Outras Receitas	142.781	194.334	116.059
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios			
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	835	773	-352
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-261.459	-287.507	-207.037
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.420	-1.165	
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-117.844	-90.527	-91.360
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-43	-2.576	-2.332
7.02.04	Outros	-140.152	-193.239	-113.345
7.03	Valor Adicionado Bruto	234.569	275.123	228.693
7.04	Retenções	-97.750	-97.084	-95.117
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-97.750	-97.084	-95.117
7.04.02	Outras			
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	136.819	178.039	133.576
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.265	11.186	17.832
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial			
7.06.02	Receitas Financeiras	7.265	11.186	17.832
7.06.03	Outros			
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	144.084	189.225	151.408
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	144.084	189.225	151.408
7.08.01	Pessoal	26.856	35.730	36.458
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.098	25.799	27.271
7.08.01.02	Benefícios	6.885	6.984	7.359
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.732	2.550	1.828
7.08.01.04	Outros	141	397	

Powered by MZiQ

7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.208	189.783	32.206
7.08.02.01	Federais	15.127	166.261	16.165
7.08.02.02	Estaduais	5.483	5.605	439
7.08.02.03	Municipais	16.598	17.917	15.602
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	170.070	169.618	225.354
7.08.03.01	Juros	116.740	137.298	224.236
7.08.03.02	Aluguéis	1.322	284	646
7.08.03.03	Outras	52.008	32.036	472
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-90.050	-205.906	-142.610
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio			
7.08.04.02	Dividendos			
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-90.050	-205.906	-142.610
7.08.05	Outros			
7.01.02.01	Receita de Construção	141.554	194.214	114.498
7.01.02.02	Outras	1.227	120	1.561
7.02.04.01	Custo de construção	-140.152	-192.291	-113.345
7.02.04.20	Outros Custos		-948	

Powered by MZiQ

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)				
Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2.02.04.01.05	Procedimentos arbitrais	50.125		

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-90.050	-205.906	-142.610
4.02	Outros Resultados Abrangentes			
4.03	Resultado Abrangente do Período	-90.050	-205.906	-142.610

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 31/12/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.385.000	0	0	-855.582	0	529.418	0	529.418
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.385.000	0	0	-855.582	0	529.418	0	529.418
5.04	Transações de Capital com os Sócios	175.500	0	0	0	0	175.500	0	175.500
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	175.500	0	0	0	0	175.500	0	175.500

5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-90.050	0	-90.050	0	-90.050
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-90.050	0	-90.050	0	-90.050
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes								
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								

5.07	Saldos Finais	1.560.500	0	0	-945.632	0	614.868	0	614.868

01/01/2017 à 31/12/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824	0	512.824
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824	0	512.824
5.04	Transações de Capital com os Sócios	222.500	0	0	0	0	222.500	0	222.500
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	222.500	0	0	0	0	222.500	0	222.500

5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-205.906	0	-205.906	0	-205.906
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-205.906	0	-205.906	0	-205.906
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes								
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								

5.07	Saldos Finais	1.385.000	0	0	-855.582	0	529.418	0	529.418

01/01/2016 à 31/12/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934	0	476.934
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	984.000	0	0	-507.066	0	476.934	0	476.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	178.500	0	0	0	0	178.500	0	178.500
5.04.01	Aumentos de Capital	178.500	0	0	0	0	178.500	0	178.500
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-142.610	0	-142.610	0	-142.610

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-142.610	0	-142.610	0	-142.610
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes								
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824	0	512.824

Powered by MZiQ

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos:
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 1.1., 9 e 10 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R$ 90.050 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$ 185.633 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos e debêntures no montante de R$ 158.047 mil. Adicionalmente, também chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, que informa que, em consequência a este cenário, a partir de 11 de fevereiro de 2019, a Companhia e sua parte relacionada MetroBarra S.A. descumpriram cláusula de covenants das suas debêntures relacionada ao rebaixamento da sua classificação de risco. Em função desse rebaixamento, essas companhias estão sujeitas a cláusulas restritivas de vencimento antecipado das debêntures e, consequentemente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES poderá, também, decretar o vencimento antecipado dos contratos da Companhia e do Grupo Invepar, caso a CART e/ou MetroBarra não obtenham o waiver. Em 31 de dezembro de 2018, esses eventos e condições, a não obtenção do waiver junto aos credores juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Procedimento Arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 11.d às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. CART, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A.(em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Em 28 de setembro de 2018 as peças foram replicadas e as tréplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, registraram a parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável e realizaram as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados pela Companhia com a probabilidade de êxito. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Powered by MZiQ

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e Ênfase, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionados à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8 Intangível, a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados aos contratos de concessão, que representam aproximadamente 97% do total dos ativos. Esses valores estão diretamente ligados aos investimentos realizados pela Companhia na concessão das operações da Rodovia Raposo Tavares. Em 31 de dezembro de 2018, a situação financeira da Companhia, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis. Além disso, na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também revisamos as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais conservador e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais conservador.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas e o relatório datado de 19 de março de 2018, continha ênfase sobre investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação

Powered by MZiQ

Greenfield, e que envolviam a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Em 13 de março de 2019, a Nota Explicativa nº. 22, subitem (ii) as medidas cautelares que tinham sido impostas foram revogadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Powered by MZiQ

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 S - SP

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Powered by MZiQ

Arquivo inexistente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatorio de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 27 de março de 2019, referente às demonstrações contábeis relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

UMA EMPRESA invepar RODOVIAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DRI@cart.invepar.com.br
http://cart.ri.invepar.com.br

A COMPANHIA

1 Apresentação da Companhia

2 Mensagem da Administração

2 Perspectivas e Planos

SUSTENTABILIDADE

3 Gestão

4 Ética e Compliance

4 Relacionamento com a Sociedade

5 Meio Ambiente

6 ESTRATÉGIA

DESEMPENHO

6 Contexto Mercado

8 Resultados Operacionais

9 Resultados Financeiros

13 Fluxo de Caixa

14 Endividamento

15 Investimentos

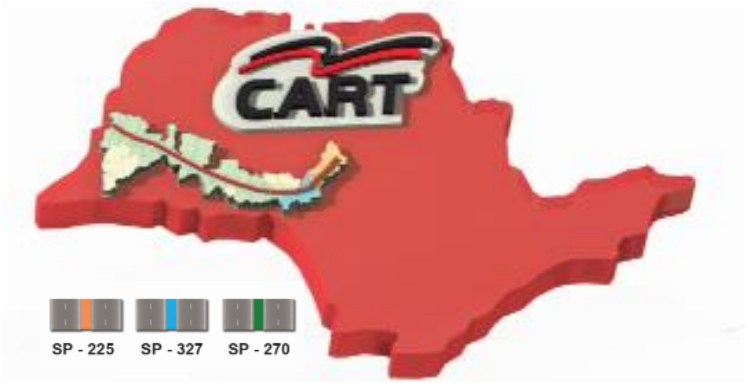
CONSIDERAÇÕES FINAIS

16 Auditores Independentes

A COMPANHIA

Apresentação da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo



O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná, sendo de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Sobre a Invepar

A Invepar é umas das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 20 anos, o maior comparado às demais empresas do setor no Brasil. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 20 anos.

Mensagem da Administração

O ano de 2018 foi desafiador para as rodovias privadas, diretamente afetadas por uma das maiores crises setoriais dos últimos anos, a greve dos caminhoneiros

Em 2018 o país vivenciou um grande colapso setorial, a greve dos caminhoneiros, ocorrida no final de maio e que atingiu as concessões rodoviárias privadas, assim como outras esferas econômicas.

Este fato, somado ao ambiente de incertezas políticas e sociais, reduziu as expectativas de recuperação econômica, com o ritmo de retomada do crescimento mais lento que o esperado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontam que, antes da greve dos caminhoneiros, a taxa de crescimento da indústria era de 3,3% no acumulado em 12 meses. Desde o colapso setorial, a indústria vem perdendo fôlego. No segundo semestre de 2018 apenas dois meses apresentaram variação positiva no indicador, outubro com 0,3% e dezembro com 0,2%. Nos demais meses o que se verificou foi uma queda nos níveis de produção, fazendo com que o resultado do ano retrocedesse para 1,1%, confirmando o menor ritmo de atividade na indústria.

Além da redução do fluxo de veículos pelas rodovias administradas pela CART durante os 11 dias de paralisação, a greve dos caminhoneiros incorreu também na isenção da cobrança da tarifa de pedágio para eixos suspensos, com impacto direto no resultado da Companhia.

Ao longo dos últimos anos, a Matriz Invepar criou uma plataforma de gestão de ativos de infraestrutura, com benefícios que se estenderam para todas as empresas do Grupo. Este suporte da Matriz foi fundamental e permitiu a continuidade da prestação de serviços em níveis ótimos e a custos reduzidos, mesmo nos períodos mais adversos.

Em 2019 seguiremos com excelência na gestão das rodovias administradas pela Companhia, foco na fluidez do tráfego e na segurança dos usuários, apoiados pela sinergia da plataforma de serviços da Matriz.

Perspectivas e Planos

Apesar dos desafios, em 2018 a CART seguiu firme em seu propósito, entregando os investimentos acordados e buscando resultados ótimos em suas operações, apoiada pela Matriz e focada na segurança dos usuários. No aspecto econômico, as perspectivas são de retomada do nível de atividade nas regiões que cortam as rodovias administradas pela CART além da possibilidade de novos projetos de infraestrutura de transportes e mobilidade.

Para 2019, a Companhia tem como desafio, em Assembleia Geral de Debenturistas com realização prevista para 16 de abril de 2019, a obtenção de *waiver* junto aos debenturistas da sua 2ª emissão de debêntures para a não declaração de vencimento antecipado das debêntures. Esta necessidade surgiu após revisão dos

ratings da Companhia e da referida emissão, ocorrida em 11 de fevereiro de 2019, passando de 'brA-' para 'brBB-'. Esta ação de *rating* decorreu do rebaixamento da classificação de risco da Invepar, controladora. Para obtenção do *waiver*, será necessária a aprovação de, no mínimo, 75% das debêntures em circulação para cada uma das duas das séries. A administração da CART e da Invepar estão envidando esforços contínuos e estruturados junto aos credores e ao mercado em geral para que as condições de obtenção do *waiver* sejam alcançadas, incluindo, mas não se limitando, a contratação de assessor financeiro com vivência em casos semelhantes, contatos individualizados com os credores, acompanhamento jurídico especializado e buscas por novas soluções de liquidez na Companhia em valor suficiente para cobrir o eventual passivo futuro. Caso as estratégias que a Administração da Companhia e da Invepar vem executando não se concretizem, ambas irão avaliar a realização de planos alternativos que limitem o dano da declaração do vencimento antecipado. Complementarmente, caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado das debêntures não prosperem, há um risco significativo de o BNDES também declarar vencimento antecipado da dívida que tem com a Companhia. Até a data de publicação deste Relatório da Administração, os planos da Administração encontravam-se em execução. Neste sentido, a Administração da Companhia em conjunto com a Administração da Invepar não possuem indicações acerca do insucesso destas ações nem de, no caso de insucesso, se o BNDES irá exercer o direito de decretar o vencimento antecipado da dívida da Companhia, mas informa ao mercado em geral que este é um fator de risco significativo a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Companhia. Maiores informações sobre este assunto podem ser verificadas nas notas explicativas nº 01 e nº 02 das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2018.

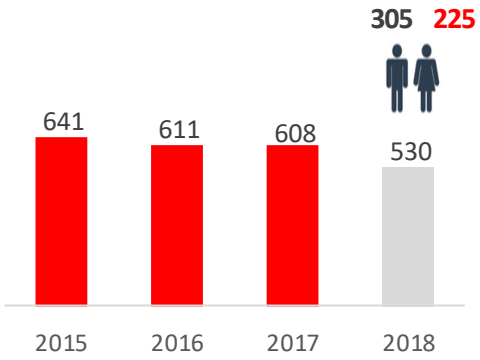
SUSTENTABILIDADE

Gestão

Pessoas, Saúde e Segurança

A reestruturação das atividades de suporte na figura da Matriz Invepar permitiu avanços importantes na gestão dos negócios da Companhia. Em julho de 2018, foi concluída a transição das atividades de Planejamento e Controle Operacionais - PCO para a Matriz. Foram assumidos principalmente as demandas relacionadas a dados e relatórios operacionais, questões regulatórias e anuência de cargas especiais.

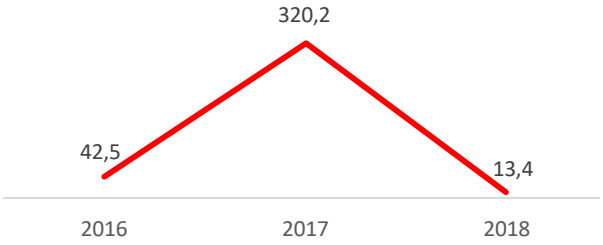
Colaboradores



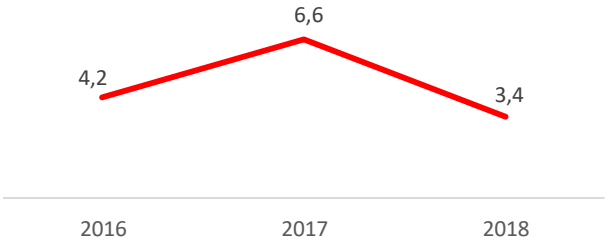
As campanhas corporativas da Invepar voltadas para saúde e bem-estar dos colaboradores, após a reestruturação, passaram a ser compartilhadas com todas as empresas do Grupo, incluindo a CART. Diversas ações voltadas para prevenção e conscientização foram realizadas no último ano, como o Outubro Rosa e Novembro Azul.

No quesito segurança a Companhia continua focada na redução e prevenção de acidentes, promovendo treinamento e instruções práticas e teóricas.

Taxa de gravidade
(Nº dias perdidos e Debitados / Homem-Hora Trabalhada x 1.000.000



Taxa de frequência de acidentes
(Nº de funcionários acidentados / Homem-Hora Trabalhada x 1.000.000)



Ética e *Compliance*

Ao longo dos últimos anos, a Matriz Invepar estruturou um Programa de Compliance pautado em um robusto Código de Ética e Conduta e em políticas e procedimentos diversos que se aplicam a todo Grupo e *Stakeholders*. Este Programa passou por Auditoria Externa que atestou sua eficiência. Em 2018, a Matriz buscou consolidar a Cultura de *Compliance*, promovendo treinamentos e instruções sobre as melhores práticas nas relações comerciais, jurídicas, regulatórias e em outros temas. Desde 2014, a CART é associada ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, organização independente que orienta a iniciativa privada e sociedade civil na consecução do desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável.

Relacionamento com a Sociedade

Os negócios da Companhia influenciam diretamente na sociedade, permitindo o deslocamento de pessoas e produtos pelas rodovias administradas. Os serviços prestados pela CART melhoram e conservam a infraestrutura rodoviária, o que ajuda a gerar maior eficiência no transporte, incrementa o comércio, a indústria, o agronegócio, o turismo, o fluxo de serviços e a integração entre regiões, além de gerar empregos. Diversos projetos, programas e campanhas voltados, em grande medida, para o bem-estar social e para a segurança no entorno das vias são conduzidos por inciativa própria da Companhia e em parceria com outros agentes, como a ARTESP, SEST SENAT e Polícia Militar Rodoviária.

Por meio do projeto “Saúde e Cidadania”, a população das cidades no entorno das rodovias administradas pela Companhia são orientadas acerca dos cuidados com a saúde e prevenção de doenças. Ao longo de todo ano, as 12 bases de SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário) da CART realizaram testes gratuitos de saúde, como a aferição da pressão arterial e índice glicêmico.

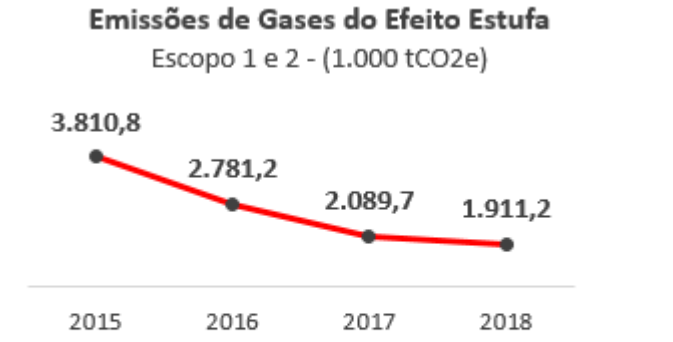
No quesito segurança, a Companhia segue engajada nas atitudes voltadas à preservação de vidas e prevenção de acidentes. Por meio do programa “Acorda Motorista”, realizado em parceria com a Polícia Militar Rodoviária, a Companhia busca orientar motoristas sobre a importância do descanso regular, da qualidade

do sono e da segurança viária para prevenção de acidentes, principalmente colisão traseira. Em 2018 a CART também promoveu palestras de orientação para conscientizar a população sobre a importância de usar cinto de segurança, praticar a direção defensiva e respeitar as leis de trânsito.

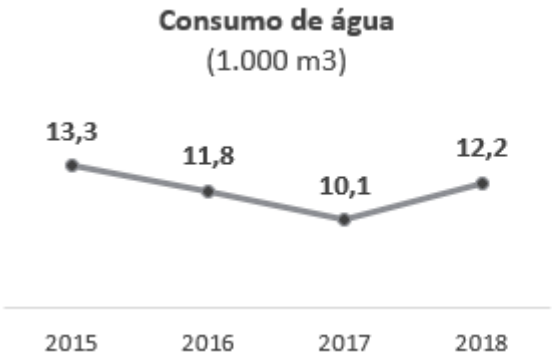
Na outra ponta, a iniciativa "Ações para Pedestres" busca conscientizar pedestres sobre a importância da travessia em local seguro, com a utilização de passarela. Por meio de experiência com óculos de realidade virtual, com vídeos exibidos em 360 graus, os participantes vivenciaram simulações de situações que se repetem todos os dias no trânsito e que colocam as vidas de muitas pessoas em risco.

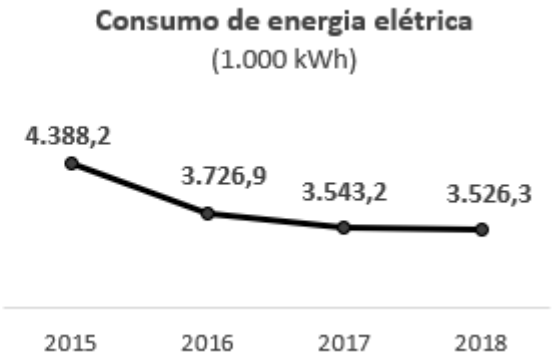
Meio Ambiente

Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Através de uma Política de Meio Ambiente estabelecida, diversos KPI´s foram desdobrados da Matriz para a Companhia, de modo a garantir seu controle e acompanhamento conforme modelo de gestão de resultados do Grupo.



Escopo 1: emissões diretas provenientes da atividade, que ocorrem em fontes cuja propriedade ou controle são da empresa inventariante.
Escopo 2: emissões indiretas causadas pelo consumo de energia elétrica ou térmica adquirida.





Em 2018, verificou-se um aumento pontual no consumo de água devido a vazamentos que ocorreram em julho e pelo aumento do consumo em dezembro. Por esse motivo, foram realizadas as devidas manutenções para sanar os vazamentos, assim como campanhas de conscientização dos funcionários visando o uso de água sem desperdício. Ao longo de 2018, a CART promoveu diversas iniciativas voltadas para o meio ambiente, como o Plano de Auxílio Mútuo (PAM), uma proposta inédita que visa padronizar e orientar esforços na proteção dos 146 hectares de áreas reflorestadas pela CART. A preservação da fauna também está no radar. Nos últimos anos, trechos viários foram duplicados e, ainda assim, a Companhia conseguiu reduzir em mais de 70% o número de acidentes envolvendo animais. Esses resultados se deram pela instalação e adequação de passagens de fauna e de cercas de condução, além do envolvimento da população em projetos de conscientização. Por meio de parceria firmada com a Prefeitura do município de Bauru e com o Zoológico Municipal, a CART entregou a primeira câmara fria do país para conservação de material biológico de animais selvagens. A câmara será utilizada para a formação de um banco de matéria orgânica para pesquisas científicas.

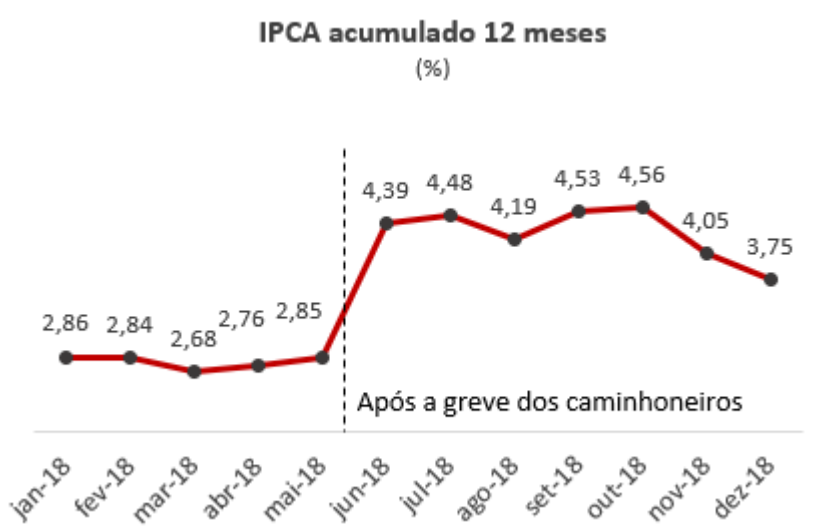
ESTRATÉGIA

O posicionamento estratégico da CART segue direcionado para a excelência na gestão do conjunto de rodovias sob a concessão da Companhia, que são relevantes para a fluidez do transporte de cargas entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Garantir total qualidade e segurança para os usuários são os pilares desta estratégia. Investimentos importantes foram concluídos nos últimos anos, como a duplicação de trechos, conclusão de alças de acesso e retorno, viadutos e passarelas. A expectativa de retomada do crescimento econômico, especialmente nos setores e regiões que passam pelo conjunto de rodovias do Corredor Raposo Tavares, somada à melhor *performance* em custos e despesas, fruto da reestruturação dos negócios na figura da Matriz, contribuirão para resultados positivos para a Companhia, como a ampliação do EBITDA.

DESEMPENHO

Contexto de Mercado

Os efeitos da greve dos caminhoneiros foram duramente sentidos na economia. A elevada volatilidade verificada nos indicadores de atividade e de inflação em 2018 é, em grande parte, explicada por essa paralisação. Segundo o IBGE, a inflação medida pelo IPCA para junho, mês subsequente à greve, foi a mais elevada desde 1995, quando subiu 2,26%.



O IPCA acumulado 12 meses apresentava, antes da greve, 2,9%. Logo após o ocorrido, verificou-se aumento, passando para 4,4%, onerando o passivo da Companhia, como as debêntures que são corrigidas por este índice. O nível de atividade da indústria também sofreu os impactos da greve. No mês de maio, o índice de Utilização da Capacidade Instalada – UCI dessazonalizado, divulgado pela Confederação Nacional das Indústrias – CNI, foi de 75,9%, redução de 1,5 p.p. em relação ao mesmo período de 2017 e de 2,2 p.p. comparado ao mês imediatamente anterior. Ao longo do ano verificou-se retomada na atividade industrial, mas, ainda assim, o resultado de 2018, 77,5%, ficou abaixo do verificado em 2017, 77,6%. A greve dos caminhoneiros também trouxe impactos negativos para o setor de serviços. Dados da Pesquisa Mensal de Serviços - PMS do IBGE apontam recuo de 3,6% no volume de serviços em maio de 2018 comparado a abril. Quando avaliado o segmento de serviços de transportes, a queda é ainda maior, de 9,5%. O resultado acumulado do ano foi uma variação negativa de 0,1%, configurando o 4º ano consecutivo de retração, período em que o setor de serviços acumulou perda de 11,1%.

Além dos efeitos mencionados acima, as concessões rodoviárias sofreram diretamente outros impactos negativos da greve. O índice ABCR Brasil, calculado com base no fluxo de veículos que passa pelas praças pedagiadas, apontou que em maio de 2018 houve uma redução de 13,1% no tráfego pelas rodovias privadas do país em relação a maio de 2017. No resultado do ano, verifica-se queda de 1,9% comparado a 2017. Além da redução no tráfego, a greve teve como consequência a isenção da cobrança da tarifa de pedágio para eixos suspensos que, na Companhia, implicou em uma redução de cerca de 2% nos veículos equivalentes pagantes – VEP em 2018. Este efeito foi tema de reequilíbrio contratual junto ao poder concedente. As novas tarifas começaram a ser praticadas a partir de 31 de dezembro de 2018, restabelecendo a condição original do contrato.

Todos esses efeitos, somados às incertezas políticas e a não implementação de reformas fundamentais para o país, impactaram no nível de confiança do mercado, desacelerando a retomada da atividade econômica. Projeções do Banco Mundial (através de uma de suas instituições BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) de meados de 2018 apontavam uma expansão de 2,4% no PIB de 2018. Ao final do ano, projeções da mesma instituição cortaram pela metade as estimativas de crescimento, para 1,2%, configurando uma das maiores reduções de projeção para os países monitorados.

Para 2019, o novo governo vem sinalizando a implementação de medidas econômicas liberais e compromisso com o ajuste das contas públicas. No âmbito regulatório, o apontamento apresenta uma extensa lista de privatizações para, segundo o governo, liberar o orçamento para investimentos em prioridades da gestão. Na pauta de concessões, à iniciativa privada estão, pelo menos, 10 mil quilômetros de rodovias, incluindo a renovação de 4 mil quilômetros de concessões já existentes, além de outros ativos de infraestrutura. Também estão na pauta as tratativas relacionadas à recomposição das condições econômico-financeira dos contratos de concessão duramente afetados pela deterioração das condições macroeconômicas verificadas nos últimos anos, pela lenta retomada no nível de atividade e por outros acontecimentos. Todos esses

fatores contribuem para uma melhora no nível de confiança do mercado, gerando maior credibilidade à retomada do crescimento.

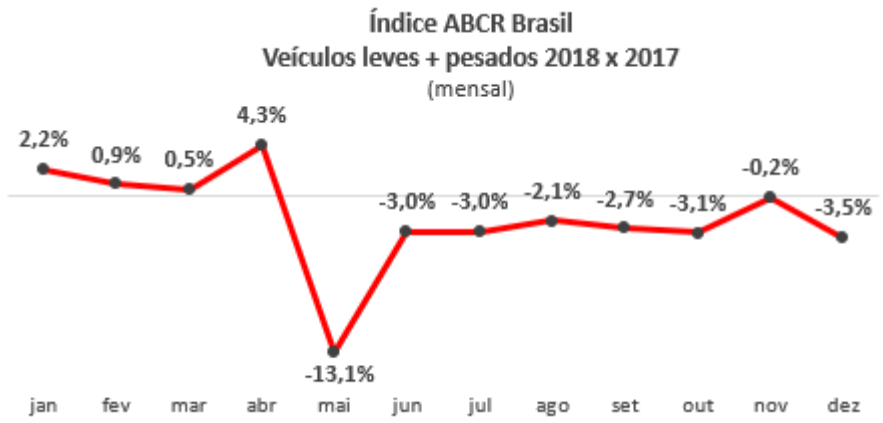
Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

Indicadores	2018	2017	▲
IPCA Final do Período	3,75%	2,95%	0,8 p.p
CDI Final do Período	6,42%	9,93%	-3,5 p.p
TJLP Final do Período	6,98%	7,00%	0,0 p.p
TJLP Média Últimos 12 meses	6,72%	7,13%	-0.4 p.p
Índice ABCR - Brasil - Maio	131,1	150,8	-13,1%
Índice ABCR - Brasil - Acumulado no ano	1.787,2	1.822,2	-1,9%

IPCA - Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.
Índice ABCR - VEPs Série Dessazonalizada
[1] Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers
[2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: http://www.abcr.org.br

Resultados Operacionais

A CART registrou 48,6 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2018, queda de 1,9% em relação ao ano anterior explicada, principalmente, pela paralisação dos caminhoneiros e pela isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos.



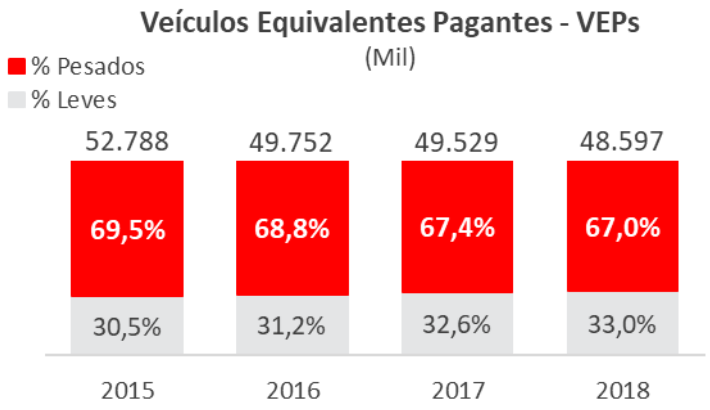
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam queda de 13,1% no tráfego durante o mês da greve dos caminhoneiros e de 1,9% no acumulado do ano. Ainda de acordo com a ABCR, o desempenho do fluxo de veículos foi prejudicado pelos choques negativos que afetaram a economia no ano de 2018, como a indefinição política causada pelas eleições, a greve dos caminhoneiros e pela conjuntura internacional menos favorável às economias emergentes.

Desempenho Operacional (Mil)	4T18	4T17	▲	2018	2017	▲
VEPs[1]	**12.751**	**12.747**	**0,0%**	**48.597**	**49.529**	**-1,9%**
Veículos Leves	4.433	4.321	2,6%	16.061	16.138	-0,5%
Veículos Pesados	8.319	8.426	-1,3%	32.536	33.391	-2,6%
Tráfego[2]	**6.572**	**6.342**	**3,6%**	**24.127**	**24.052**	**0,3%**
Veículos Leves	4.489	4.370	2,7%	16.267	16.331	-0,4%
Veículos Pesados	1.957	1.858	5,4%	7.399	7.268	1,8%
Veículos Isentos	126	115	9,6%	462	452	2,0%
Tarifa Média (R$)	**7,00**	**6,76**	**3,6%**	**6,89**	**6,66**	**3,3%**

[1] VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

[2] Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

No 4T18, as nove praças de pedágio da CART registraram 12,8 milhões de VEPs, desempenho estável comparado ao mesmo período de 2017. A isenção da cobrança de pedágio para eixo suspenso, em vigor desde o dia 31 de maio de 2018, impactou diretamente neste resultado. No acumulado de 2018, onde são contabilizados os dias de paralisação dos caminhoneiros, em maio, verifica-se queda de 1,9% em relação ao ano anterior.



A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, manteve-se estável na comparação de 2018 com 2017 e apresentou ligeira queda no 4T18 em relação ao 4T17, por causa da isenção de pedágio para eixo suspenso.

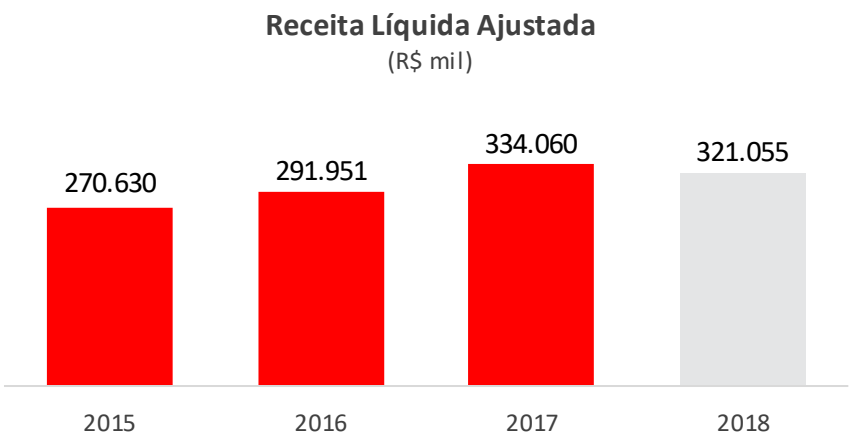
Resultados Financeiros

Receitas

Em 30 de maio de 2018, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Resolução SLT 04/2018 da Secretaria de Logística e Transportes, revogou a cobrança de eixos suspensos em todas as rodovias do Estado. Ato contínuo, as concessionárias passaram a isentar tal cobrança de pedágio a partir do dia 31 de maio de 2018. Para a CART, os efeitos desta medida foi uma perda de cerca de 4% nas Receitas de pedágio. Este efeito foi tema de reequilíbrio contratual junto ao poder concedente, que autorizou reajuste tarifário, a partir de 31 de dezembro de 2018, restabelecendo a condição original do contrato.

Receita Operacional (R$ mil)	4T18	4T17	▲	2018	2017	▲
Receita Bruta	**84.666,5**	**187.044,0**	**-54,7%**	**493.965,5**	**561.737,0**	**-12,1%**
Receitas com Pedágio	89.239,9	86.121,0	3,6%	334.708,9	329.869,0	1,5%
Receitas Acessórias	4.689,8	28.669,0	-83,6%	17.702,8	37.654,0	-53,0%
Receita de Construção (IFRS)	(9.263,3)	72.254,0	-112,8%	141.553,7	194.214,0	-27,1%
Receita Bruta Ajustada[1]	**93.929,8**	**114.790,0**	**-18,2%**	**352.411,8**	**367.523,0**	**-4,1%**
Deduções da Receita Bruta	(6.862,1)	(11.395,0)	-39,8%	(31.357,1)	(33.463,0)	-6,3%
Receita Líquida	**77.804,3**	**175.649,0**	**-55,7%**	**462.608,3**	**528.274,0**	**-12,4%**
Receita de Construção (IFRS)	(9.263,3)	72.254,0	-112,8%	141.553,7	194.214,0	-27,1%
Receita Líquida Ajustada[1]	**87.067,6**	**103.395,0**	**-15,8%**	**321.054,6**	**334.060,0**	**-3,9%**

[1] *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção*



A Receita Líquida Ajustada da Companhia reduziu em 3,9% em 2018, atingindo R$ 321,1 milhões. O aumento de 1,5% nas Receitas com Pedágio em 2018 em relação a 2017 pode ser explicado, principalmente, pela atualização tarifária contratual, que atenuou os impactos dos eixos suspensos e o menor número de VEPs. Sobre as Receitas Acessórias, cabe destacar que, no 4T17, ocorreu o faturamento de contratos de utilização da faixa de domínio junto à empresa de Telefonia no valor de, aproximadamente, R$ 25,3 milhões. Excluindo este efeito, verifica-se aumento de cerca de 43,4% nas Receitas Acessórias em 2018 comparada a 2017, e de 4,0% na Receita Líquida Ajustada no mesmo período.

Novas tarifas nas praças de pedágio da CART entraram em vigor em 31 de dezembro de 2018, recompondo os efeitos da isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos.

Praças	Tarifas Anteriores	Tarifas Vigentes	▲
P1	R$ 6,40	R$ 6,90	7,8%
P2	R$ 5,40	R$ 5,80	7,4%
P3	R$ 6,60	R$ 7,00	6,1%
P4	R$ 7,80	R$ 8,30	6,4%
P5	R$ 8,10	R$ 8,70	7,4%
P6	R$ 6,60	R$ 7,10	7,6%
P7	R$ 6,70	R$ 7,10	6,0%
P8	R$ 8,80	R$ 9,40	6,8%
P9	R$ 6,60	R$ 7,00	6,1%

Custos e Despesas

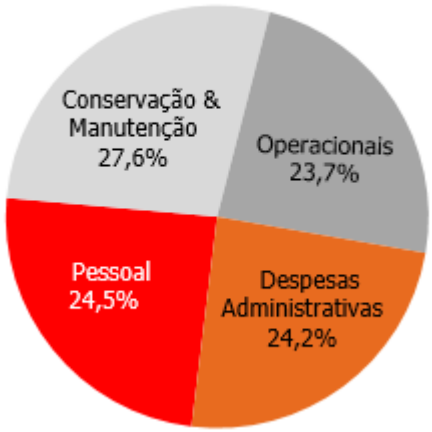
Em 2018 a Matriz Invepar consolidou o modelo de gestão de serviços para suas controladas, permitindo ganhos de escalas e maior sinergia para todo Grupo.

Custos e Despesas (R$ mil)	4T18	4T17	▲	2018	2017	▲
Pessoal	(8.195,4)	(10.444,0)	-21,5%	(31.326,4)	(41.682,0)	-24,8%
Conservação & Manutenção	(8.966,6)	(6.160,0)	45,6%	(35.346,6)	(26.676,0)	32,5%
Operacionais	(9.918,0)	(5.633,0)	76,1%	(30.356,0)	(29.130,0)	4,2%
Despesas Administrativas	(9.751,8)	(6.068,0)	60,7%	(30.985,8)	(21.149,0)	46,5%
Custos & Despesas Administráveis	**(36.831,9)**	**(28.305,0)**	**30,1%**	**(128.014,9)**	**(118.637,0)**	**7,9%**
Outorga Variável	(1.416,8)	(1.722,0)	-17,8%	(5.293,8)	(5.513,0)	-4,0%
Depreciação & Amortização	(24.359,8)	(24.539,0)	-0,7%	(97.749,8)	(97.084,0)	0,7%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(62.608,5)**	**(54.566,0)**	**14,7%**	**(231.058,5)**	**(221.234,0)**	**4,4%**
Custo de Construção (IFRS)	9.667,8	(71.539,0)	-113,5%	(140.152,2)	(192.291,0)	-27,1%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(6.077,5)	(1.141,0)	432,6%	(24.078,5)	(17.731,0)	35,8%
Custos & Despesas Operacionais	**(59.018,1)**	**(127.246,0)**	**-53,6%**	**(395.289,1)**	**(431.256,0)**	**-8,3%**

[1] *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção*

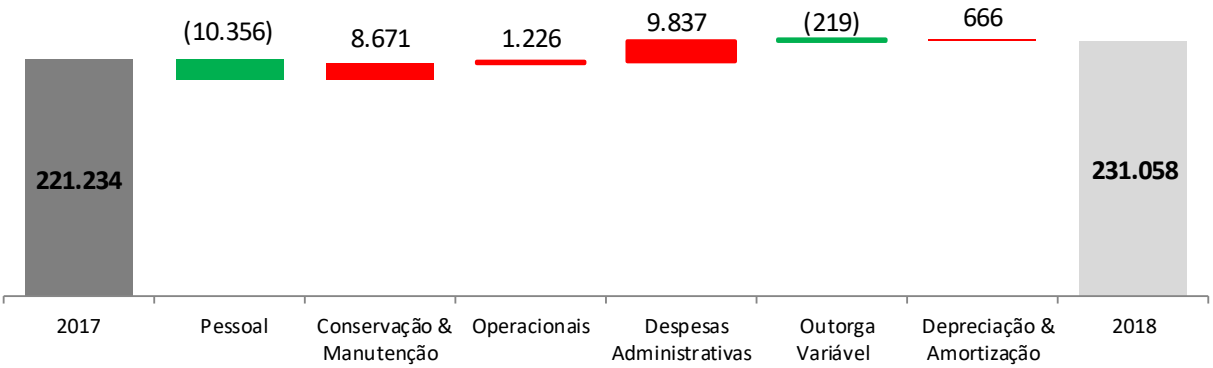
A linha de Pessoal ficou menor em 2018 quando comparada a 2017 devido à reestruturação de processos na Invepar. Foram assumidas pela Matriz, principalmente, as tarefas relacionadas a dados e relatórios operacionais, demandas regulatórias e anuência de cargas especiais. O aumento dos custos Operacionais no 4T18 é explicado por maiores gastos com combustíveis e aluguel de veículos operacionais. As linhas de Conservação & Manutenção ficaram maiores devido ao aumento dos custos de combustíveis e derivados de petróleo, incluindo cimento asfáltico, que são insumos para os serviços de pavimentação. O acréscimo em Despesas Administrativas é explicado pelo custeio de despesas com a matriz e por maiores desembolsos com assessorias jurídicas e despesas judiciais.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis em 2018



Variação dos Custos e Despesas Ajustados

(R$ Mil)



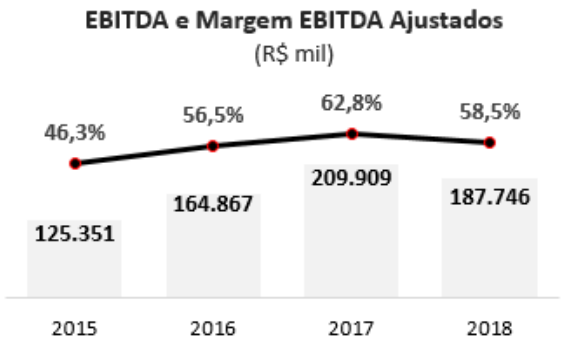
EBITDA

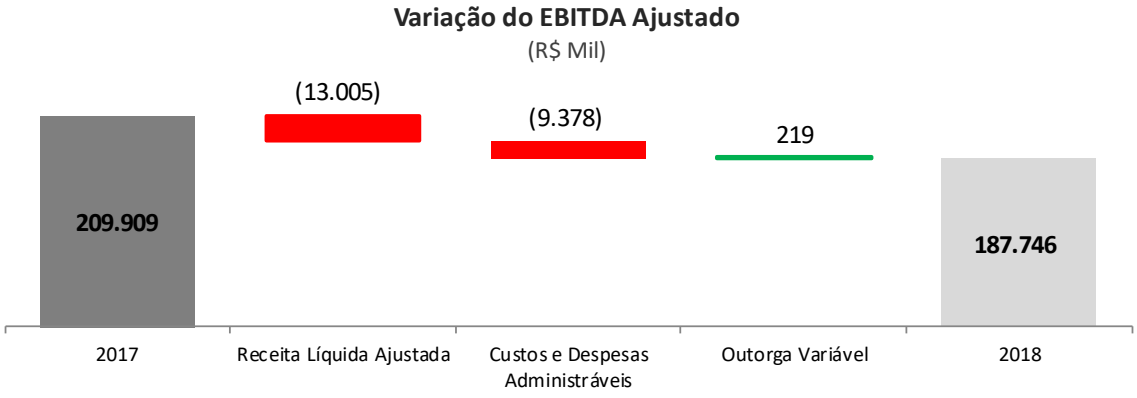
EBITDA E MARGEM EBITDA (R$ mil)	4T18	4T17	▲	2018	2017	▲
Receita Líquida Ajustada	87.067,6	103.395,0	-15,8%	321.054,6	334.060,0	-3,9%
Custos e Despesas Administráveis	(36.831,9)	(28.305,0)	30,1%	(128.014,9)	(118.637,0)	7,9%
Outorga Variável	(1.416,8)	(1.722,0)	-17,8%	(5.293,8)	(5.513,0)	-4,0%
EBITDA Ajustado[1]	**48.820,8**	**73.366,0**	**-33,5%**	**187.746,0**	**209.909,0**	**-10,6%**
Margem EBITDA Ajustado[1]	**56,1%**	**71,0%**	**-14,9 p.ps**	**58,5%**	**62,8%**	**-4,3 p.ps**
Receita de Construção (IFRS)	(9.263,3)	72.254,0	-112,8%	141.553,7	194.214,0	-27,1%
Custo de Construção (IFRS)	9.667,8	(71.539,0)	-113,5%	(140.152,2)	(192.291,0)	-27,1%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(6.077,5)	(1.141,0)	432,6%	(24.078,5)	(17.731,0)	35,8%
EBITDA[2]	**43.147,8**	**72.940,0**	**-40,8%**	**165.069,0**	**194.101,0**	**-15,0%**
Margem EBITDA[2]	**55,5%**	**41,5%**	**+14,0 p.ps**	**35,7%**	**36,7%**	**-1,0 p.p**

[1] *Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção*

[2] *Instrução CVM Nº527/12*

A Companhia registrou queda de 10,6% no EBITDA Ajustado, com Margem de 58,5%. Este resultado é explicado, principalmente, pela perda na Receita Líquida ocorrida pela redução no número de VEPs e pela isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos ao longo do 2º semestre do ano. O EBITDA e Margem EBITDA Ajustados do 4T18 também ficaram menores em função dos mesmos fatores.





Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R$ mil)	4T18	4T17	▲	2018	2017	▲
Resultado Financeiro	**(35.234,1)**	**(43.769,0)**	**-19,5%**	**(161.484,1)**	**(158.148,0)**	**2,1%**
Receitas Financeiras	**1.836,9**	**2.241,0**	**-18,1%**	**7.264,9**	**11.186,0**	**-35,1%**
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.836,9	2.241,0	-18,1%	7.264,9	11.186,0	-35,1%
Despesas Financeiras	**(37.071,0)**	**(46.010,0)**	**-19,4%**	**(168.749,0)**	**(169.334,0)**	**-0,3%**
Juros	(28.311,0)	(30.094,0)	-5,9%	(116.306,0)	(125.538,0)	-7,4%
Variação Monetária	(8.524,0)	(13.408,0)	-36,4%	(51.605,0)	(40.388,0)	27,8%
Outros	(236,0)	(2.508,0)	-90,6%	(838,0)	(3.408,0)	-75,4%

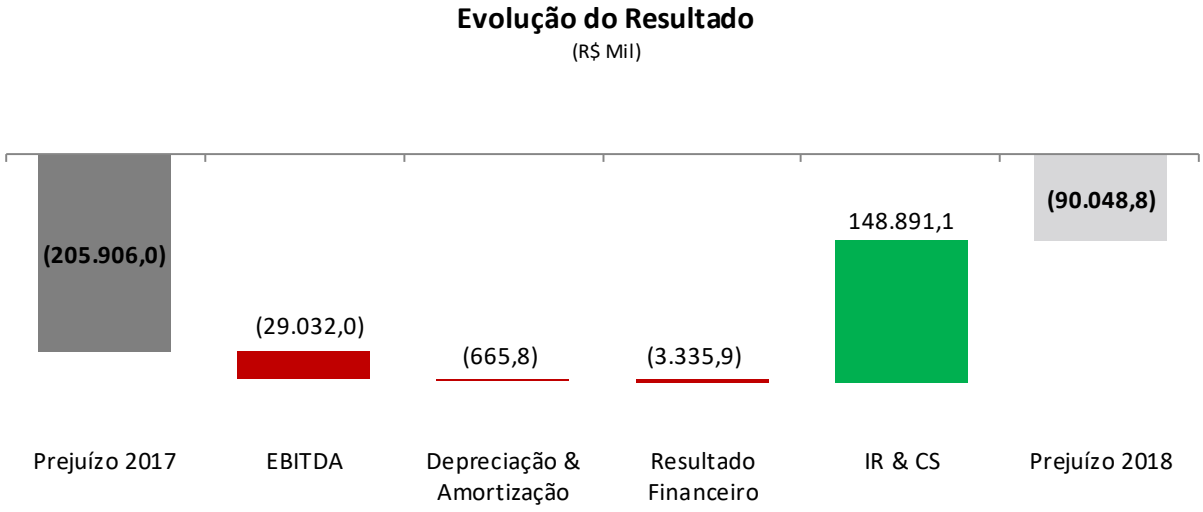
O Resultado Financeiro da Companhia piorou na comparação de 2018 e 2017, principalmente, devido ao aumento do IPCA, índice que onera 81,4% da dívida bruta da Companhia, que fechou em 3,75% em 2018 contra 2,95% em 2017, impactando em um aumento de 27,8% na variação monetária. A menor rentabilidade

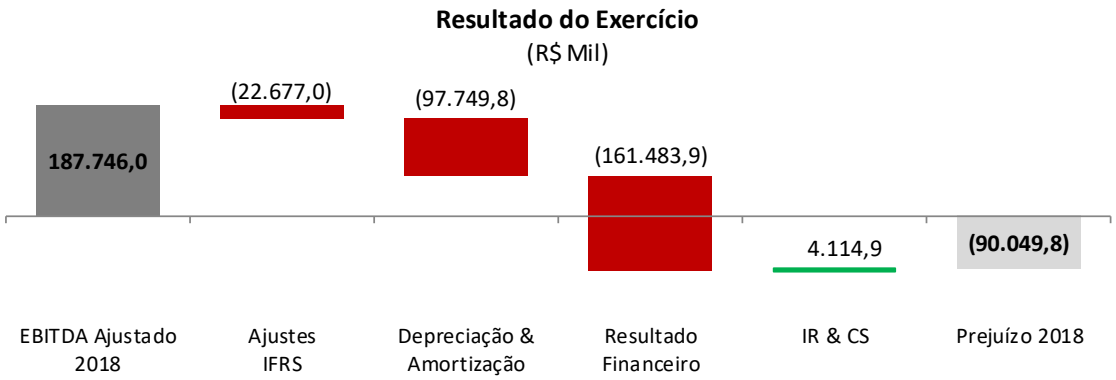
das aplicações financeiras, dado menor volume de disponível aplicado, também impactou negativamente o resultado financeiro da Companhia.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R$ mil)	4T18	4T17	▲	2018	2017	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(15.141,8)	(143.010,0)	89,4%	(90.049,8)	(205.906,0)	56,3%

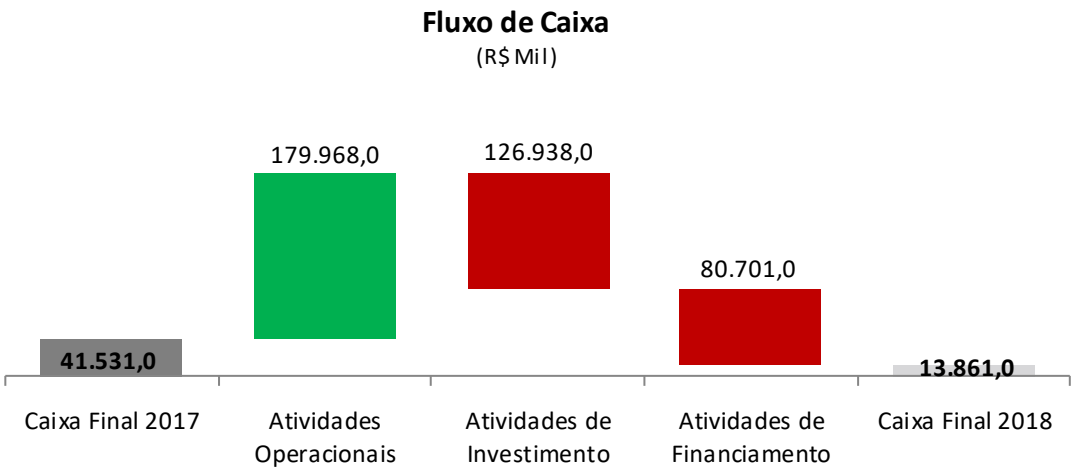
A CART reduziu o prejuízo do exercício encerrado em 2018 e do 4T18 em relação aos mesmos períodos de 2017. Este resultado é explicado, principalmente, pela reversão, em 2017, de IRPJ & CSLL diferidos após alteração na expectativa de recuperabilidade destes considerando a geração de lucros tributáveis futuros.





Fluxo de Caixa

O saldo final de caixa da Companhia ficou menor em 2018, com R$ 13,9 milhões, devido à menor geração de caixa das Atividades de Operacionais e aos menores volumes de captações e aportes ao longo de 2018.



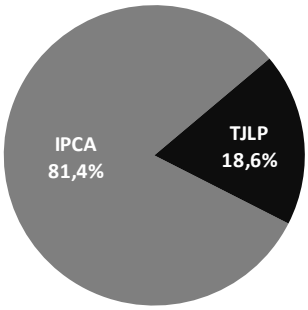
Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R$ mil)	2018	2017	▲
Dívida Bruta	**1.538.978,7**	**1.627.273,0**	**-5,4%**
Curto Prazo	**158.046,2**	**159.038,0**	**-0,6%**
Empréstimos e Financiamentos	141.157,7	141.779,0	-0,4%
Debêntures	16.888,5	17.259,0	-2,1%
Longo Prazo	**1.380.932,5**	**1.468.235,0**	**-5,9%**
Empréstimos e Financiamentos	430.778,8	541.059,0	-20,4%
Debêntures	950.153,7	927.176,0	2,5%
Disponibilidades	**93.353,6**	**122.057,0**	**-23,5%**
Caixa e equivalentes de caixa	13.860,6	41.531,0	-66,6%
Aplicações Financeiras Vinculadas[1]	79.493,0	80.526,0	-1,3%
Dívida Líquida Ajustada	**(1.445.625,0)**	**(1.505.216,0)**	**-4,0%**

[1] *Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados*

A Dívida Bruta finalizou o ano de 2018 em R$ 1,5 bilhão, uma redução de 5,4% frente ao verificado em 2017, explicada pela amortização do principal sem contrapartida de novas captações.

Composição da Dívida Bruta por Indexador



Conforme mencionado no capítulo “Perspectivas e Planos” deste Relatório da Administração, em 11 de fevereiro de 2019 a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou o *rating* de emissor da Companhia e o *rating* atribuído à 2ª emissão de debêntures, passando de ‘brA-’ para ‘brBB-’. Esta ação de *rating* decorreu do rebaixamento da classificação de risco da Invepar, controladora. Como consequência deste rebaixamento, a CART convocou, no dia 14 de fevereiro de 2019, Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) a ser realizada no dia 16 de abril de 2019 para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures em função do rebaixamento do *rating*. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real adicional. As debêntures foram objeto de distribuição pública, devidamente registrada na CVM na forma da Lei nº 6.385/1976 e das Instruções CVM nº 400/03 e nº 471/08, conforme alteradas. Para que ocorra a não declaração do vencimento antecipado, será necessário obter a aprovação de, no mínimo, 75% das debêntures em circulação para cada uma das duas das séries. No caso de declaração do vencimento antecipado das debêntures, há um risco significativo de o BNDES também declarar vencimento antecipado da dívida que tem com a Companhia. A Administração da Companhia em conjunto com a Administração da Invepar, não possuem indicações se o BNDES irá exercer o direito de decretar o vencimento antecipado da dívida da Companhia. Maiores informações sobre este assunto podem ser verificadas nas notas explicativas nº 01 e nº 02 das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2018.

Investimentos

Investimentos (R$ mil)	2018	2017	▲
Investimento Total	**182.738,5**	**191.200,0**	**-4,4%**
Imobilizado	**943,0**	**1.106,0**	**-14,7%**
Intangível	**192.518,0**	**194.530,0**	**-1,0%**
Software e Outros	-	316,0	-100,0%
Direito de Concessão (Investimento)	192.518,0	194.214,0	-0,9%
(-) Transação Não Caixa	**(9.321,0)**	**(2.513,0)**	**n.m**
(-) Margem de Construção	**(1.401,5)**	**(1.923,0)**	**-27,1%**

Ao longo de 2018 a Companhia realizou diversos investimentos em duplicação, recuperação de via, implantação e melhoria de dispositivos de retorno, além dos projetos voltados para segurança.

Também foram realizados investimentos para aumentar a segurança no entorno da via e evitar acidentes, como a implantação de passarela de pedestres no km 239 da SP-225

Os investimentos relacionados à duplicação compreenderam o trecho entre os km 289 e 295 da SP-225, incluindo, ainda, a construção de dois novos trevos de acesso e retorno. Este projeto faz parte do cronograma de obras firmado junto à ARTESP. Ao longo da via, foram 11 frentes de trabalho dedicadas à recuperação de pavimento, atuando das camadas de base ao TSD – Tratamento Superficial Duplo, que compreende a aplicação de dupla camada de massa asfáltica com borracha, garantindo maior durabilidade, além do microrrevestimento para selagem de trincas. O viaduto localizado no km 618 da SP-270, que dá acesso ao município de Presidente Venceslau, passou por obras de alargamento na sua estrutura, adequações no pavimento e melhorias nas faixas de aceleração e desaceleração da rodovia, que conferem mais segurança e conforto aos condutores que trafegam pelo trecho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Auditores Independentes

A Invepar e suas controladas utilizam os serviços de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes desde 01 de abril de 2016. No exercício encerrado em dezembro de 2018, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Diretor de Relações com Investidores

João Garcia Couri Neto

Equipe de Relações com Investidores

Nilton Pimentel

Lívia Bragança

Aline Campos

Rafael Rondinelli

DRI@cart.invepar.com.br **+55 21 2211 1300**

NOTAS EXPLICATIVAS

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 duas novas praças

iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR").

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$185.633 (R$157.422 em 31 de dezembro de 2017), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R$158.047. O capital circulante líquido negativo tem sido apurado recorrentemente nos últimos exercícios.

Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia possui dependência de aportes do acionista INVEPAR.

A Companhia emitiu debêntures (2ª emissão de debêntures – "Debêntures CART") que possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco atribuída às Debêntures CART igual ou superior a "A-", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou o rating da emissora e o rating atribuído às Debêntures CART, ambos passando de 'brA-' para 'brBB-' em Escala Nacional Brasil, permanecendo ambos com CreditWatch negativo. Esta ação de rating decorreu do rebaixamento da classificação de risco da INVEPAR, que passou de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'brA-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil.

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures CART, nos termos dos documentos da operação será necessário convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para que seja votado a não declaração de vencimento antecipado das debêntures ("Waiver"). Neste sentido a Companhia convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para o dia 16 de abril de 2019, data posterior à data de autorização para emissão destas Demonstrações Contábeis, de forma a deliberarem sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão.

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), portanto havendo o vencimento antecipado das Debêntures CART, poderá haver, também, o vencimento do financiamento da CART junto ao BNDES.

Essa declaração concede ao BNDES o direito de também declarar o vencimento antecipado das dívidas contratadas e ainda não liquidadas pelo Grupo INVEPAR junto a esta instituição financeira. Conforme item II, do Art. 39, da Seção I – Normas Gerais, do Capítulo IX – do Inadimplemento e das Penalidades, previsto na Resolução 665/87 – Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES ("DACB"), este poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida do Grupo INVEPAR. Caso haja o "inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante

o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Beneficiária pertença".

Além disso, outras restrições poderão ser impostas pelo BNDES, à seu critério, como por exemplo, o bloqueio de novos desembolsos (Condições Gerais – Capítulo I, artigo 5º inciso VI das DACB).

A Administração da CART e da INVEPAR está envidando esforços contínuos e estruturados junto aos credores e ao mercado em geral para que as condições de obtenção do Waiver sejam alcançadas, nos termos da Escritura da 2ª emissão de Debêntures da CART.

O sucesso do plano passa por ações de contratação de assessor financeiro com experiência em casos semelhantes, acordos com credores, acompanhamento jurídico especializado e buscas por novas soluções de liquidez na Companhia, em valor suficiente para cobrir o eventual passivo futuro. Caso as estratégias que a Administração da Companhia e da INVEPAR vem planejando e executando não se concretizem, ambas irão avaliar a realização de planos alternativos que limitem os danos gerados por uma declaração do vencimento antecipado das Debêntures CART.

O insucesso dos planos da Administração que culminem na declaração do vencimento antecipado das Debêntures CART, e/ou na declaração de execução das garantias cruzadas com o BNDES, ensejará em uma relevante incerteza quanto aos efeitos inerentes a declaração do vencimento antecipado das Debêntures CART o que, em cenário limítrofe, converge em um risco significativo da Companhia não ter condições financeiras para quitar o total da dívida vincenda no prazo a contar da data da declaração do vencimento antecipado, o que pode gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuidade operacional, tendo em vista as garantias que deverão ser executadas, como o penhor de ações representando 100% do capital social da Companhia e a cessão fiduciária de recebíveis.

Para caso de execução de garantia de ações de uma Companhia, deverá ser observado o pacto comissório do Código Civil. Ou seja, após a excussão da garantia e a transferência da propriedade das Ações Garantidas ao credor, as mesmas deverão ser vendidas à terceiros, de forma pública ou privada, sendo vedada a venda por preço vil. Logo, havendo dinheiro suficiente para pagar a dívida com a venda das ações a terceiros, o sobejo retornaria a INVEPAR. No entanto, caso a venda das ações não seja suficiente para quitar a dívida, a Companhia continuaria a ser devedora.

Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, os planos da Administração encontravam-se em execução.

Neste sentido, a Administração da Companhia em conjunto com a Administração da INVEPAR, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, não possuem indicações acerca do insucesso destas ações descritas acima, nem de, no caso de insucesso, o BNDES exercer o direito de decretar o vencimento antecipado da dívida da Companhia, mas informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que este é um fator de risco significativo a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Companhia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 28 de março de 2019.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, Aplicação financeira e Instrumentos financeiros derivativos.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A Companhia não reconhece as estimativas para perdas em créditos de liquidação duvidosa, os montantes vencidos há mais de 90 dias são baixados efetivamente do contas a receber e a perda é reconhecida no resultado.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado

como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

		Alíquota		
Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio	Receitas Financeiras	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

b) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas,

despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado ("PLR")

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.19. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1° de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

• Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.20. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações foram tratadas como revisão do CPC 06.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

CPC 33 (R1) – Alterações, reduções ou liquidação de planos: As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual, a entidade deve:

- Determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento.

- Determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações esclarecem ainda que a entidade deve determinar primeiramente qualquer custo com serviços passados, ou ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do asset ceiling. Este valor deve ser reconhecido no resultado. A entidade determina então o efeito do asset ceiling após alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração neste efeito, excluindo os valores

incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

IFRIC 23/ICPC22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda: A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.

- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.

- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais são utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa: De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações contábeis da Companhia.

MELHORIAS ANUAIS - Ciclo 2015-2017

- CPC 15 (R1) - Combinações de negócios

As alterações esclarecem que, quando a entidade obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta.

A entidade deve aplicar estas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Estas alterações aplicam-se às combinações de negócios futuros da Companhia.

• CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto

Uma parte que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação conjunta, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição do CPC 15 (R1). As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação conjunta não serão reavaliadas.

A entidade deve aplicar estas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Atualmente, estas alterações não são aplicáveis a Companhia, mas podem ser aplicáveis à transações futuras.

• CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados.

A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Na adoção inicial destas alterações, a entidade deve aplicá-las às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações contábeis.

• CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade deverá aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade adotá-las pela primeira vez. A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Como a prática atual da Companhia está alinhada a estas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	11.532	5.041
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	2	36.490
Fundo Mover		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	253	-
Letras financeiras do tesouro	1.913	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	161	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	13.861	41.531

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2018 as aplicações ficaram indexadas a uma taxa média de 98,70% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 85% em 31 de dezembro de 2017).

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da CART, INVEPAR, CLN, METRORIO, METROBARRA, VIA040 e LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99,05% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	31/12/2018	31/12/2017
AVI (a)	18.020	17.482
Vale pedágio	983	868
Locação de fibra óptica	347	303
Outros	1.044	813
Subtotal	20.395	19.466
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(835)
Total	20.395	18.631

(a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 23 dias.

Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(835)	(1.608)
Adições	-	(1.764)
Reversões	835	2.537
Saldo no fim do exercício	-	(835)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2018	20.395	-	19.838	86	457	14	-	-	-	-
31 de dezembro de 2017	18.631	(835)	17.858	796	31	158	-	154	149	320

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF sobre aplicações financeiras	718	3.153
Total circulante	718	3.153

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	58.807	58.807
Base negativa	21.171	21.171
Amortização de direito de concessão	(46.942)	(49.260)
Custo de Captação	(13.623)	(15.395)
Margem de construção	(8.551)	(8.973)
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.886)	(1.488)
Total	8.976	4.861
Impostos diferidos – Ativo	79.978	79.977
Impostos diferidos – Passivo	(71.002)	(75.116)

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura para os próximos dez anos, no montante acumulado de R$310.493 (R$283.081 saldo em 31 de dezembro de 2017).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	31/12/2018
2024 a 2026	9.472
2027 em diante	70.506
Total dos ativos fiscais diferidos	79.978
Total dos passivos fiscais diferidos	(71.002)
Total dos impostos diferidos	8.976

c) Tributos a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
PIS e COFINS	1.308	1.240
ISS	2.174	1.951
IRRF e CSRF	318	364
INSS sobre terceiros	295	237
Total circulante	4.095	3.792

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(94.165)	(61.130)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	32.016	20.784
Adições permanentes	(427)	(579)
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	-	(148.697)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(27.474)	(16.284)
Total de impostos no resultado	4.115	(144.776)

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o

acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

			31/12/2018					
			Ativo		Passivo		Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa	Receita
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	4	-	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-	-
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	1.095	-	14.614	-	(23.749)	
Total			1.095	524	14.614	143	(23.749)	-

			31/12/2017					
			Ativo		Passivo		Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa	Receita
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	4	-	-	-	-	4
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-	-
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	15.585	-	(11.176)	-
			4	520	15.585	143	(11.176)	4

(*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração da Administração

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R$2.348.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Pró-labore	768	1.206
Bônus variáveis	837	896
Encargos	321	420
Outros benefícios	119	198
Total	2.045	2.720

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo					
Instalações	25	164	1	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.176	282	(62)	6.396
Móveis e utensílios	10	3.919	122	(16)	4.025
Veículos	5	3.586	35	-	3.621
Equipamentos de informática	5	39.356	500	(36)	39.820
Ferramentas e aparelhos	5	327	2	-	329
Outros		-	-	-	-
		53.528	943	(114)	54.357
Depreciação acumulada					
Instalações		(38)	(7)	-	(45)
Máquinas e equipamentos		(5.178)	(375)	62	(5.491)
Móveis e utensílios		(3.550)	(187)	16	(3.721)
Veículos		(2.648)	(578)	-	(3.226)
Equipamentos de informática		(35.161)	(1.823)	36	(36.948)
Ferramentas e aparelhos		(313)	(9)	-	(322)
Outros		-	-	-	-
		(46.888)	(2.979)	114	(49.753)
Imobilizado líquido		6.640	(2.036)	-	4.604

	Vida útil em anos	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	10	6.075	101	-	6.176
Móveis e utensílios	10	3.836	139	(56)	3.919
Veículos	5	3.580	128	(122)	3.586
Equipamentos de informática	5	38.626	731	(1)	39.356
Ferramentas e aparelhos	5	320	7	-	327
Depreciação acumulada					
Instalações		(32)	(6)	-	(38)
Máquinas e equipamentos		(4.722)	(456)	-	(5.178)
Móveis e utensílios		(3.257)	(349)	56	(3.550)
Veículos		(2.094)	(641)	87	(2.648)
Equipamentos de informática		(32.919)	(2.242)	-	(35.161)
Ferramentas e aparelhos		(295)	(18)	-	(313)
		(43.319)	(3.712)	143	(46.888)
Imobilizado líquido		9.282	(2.606)	(36)	6.640

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo					
Software	5	10.713	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.093.591	192.518	(779)	2.285.330
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		2.738.324	192.518	(779)	2.930.063
Amortização					
Software		(8.705)	(712)	-	(9.417)
Marcas e patentes		(13)	(2)	-	(15)
Direito de concessão		(354.879)	(72.924)	142	(427.661)
Outorga fixa		(185.233)	(21.133)	-	(206.366)
Amortização acumulada		(548.830)	(94.771)	142	(643.460)
Intangível líquido		2.189.494	97.747	(637)	2.286.603

	Vida útil em anos	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo					
Software	5	10.397	316	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.900.803	194.214	(1.426)	2.093.591
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		2.545.220	194.530	(1.426)	2.738.324
Amortização					
Software		(7.663)	(1.042)	-	(8.705)
Marcas e patentes		(11)	(2)	-	(13)
Direito de concessão		(283.869)	(71.195)	185	(354.879)
Outorga fixa		(164.100)	(21.133)	-	(185.233)
Amortização acumulada		(455.643)	(93.372)	185	(548.830)
Intangível líquido		2.089.577	101.158	(1.241)	2.189.494

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema

rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2017	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2018
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.604	-	(80.528)	(27.871)	27.453	551	80.532	81.741
Sênior - BNDES - IPCA	59.956	-	(39.749)	(26.167)	23.672	1.956	39.749	59.417
Conta garantida - Bradesco	219	-	(219)	(20)	-	20	-	-
Total	141.779	-	(120.496)	(54.058)	51.125	2.527	120.281	141.158
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	291.480	-	-	-	-	1.731	(80.532)	212.679
Sênior - BNDES - IPCA	249.579	-	-	-	-	8.270	(39.749)	218.100
Total	541.059	-	-	-	-	10.001	(120.281)	430.779
Total geral	682.838	-	(120.496)	(54.058)	51.125	12.528	-	571.937
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(73.421)							(72.473)
Dívida líquida	609.417							499.464

	31/12/2016	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2017
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	80.409	-	(79.871)	(34.102)	33.822	4.433	76.913	81.604
Sênior - BNDES - IPCA	59.433	-	(38.650)	(28.924)	26.322	8.801	32.974	59.956
Conta garantida - Bradesco	381	40.098	(40.098)	(1.297)	1.135	-	-	219
Total	140.223	40.098	(158.619)	(64.323)	61.279	13.234	109.887	141.779
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	368.386	-	-	-	-	7	(76.913)	291.480
Sênior - BNDES - IPCA	282.553	-	-	-	-	-	(32.974)	249.579
Total	650.939	-	-	-	-	7	(109.887)	541.059
Total geral	791.162	40.098	(158.619)	(64.323)	61.279	13.241	-	682.838
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(79.133)							(73.421)
Dívida líquida	712.029							609.417

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018. As aplicações financeiras no montante de R$72.473 em 31 de dezembro de 2018 (R$73.421 em 31 de dezembro de 2017) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

	Taxa Média	Indexador	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2017
Certificados de Depósitos Bancários					
Pós- fixado			Abr/19 a		
Compromissadas com BNDES	96,52%	CDI	Nov/19	72.473	73.421

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 96,52% do CDI (em 31 de dezembro de 2017, a taxa média de 92,5% do CDI).

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2018
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	95.829
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	89.130
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	109.461
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	72.617
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	204.899
Subtotal				571.937
Aplicações financeiras vinculadas				(72.473)
Empréstimos e financiamentos líquidos				499.464
Parcelas do circulante				141.158
Parcelas do não circulante				358.306

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2017
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	137.530
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	109.395
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	126.158
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	83.948
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	225.588
Subtotal				682.619
Aplicações financeiras vinculadas				(73.421)
Empréstimos e financiamentos líquidos				609.198
Parcelas do circulante				141.560
Parcelas do não circulante				467.638

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao "Subcrédito A", no montante de R$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R$1.039.487 até 31 de dezembro de 2018 (R$1.039.487 até 31 de dezembro de 2017), restando um saldo a liberar de R$12.755.

Conta Garantida – Bradesco

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia não apresentou saldo na conta garantida mantida no Banco Bradesco (R$381 em 31 de dezembro de 2017).

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(1)] EBITDA ajustado/(amortizações + [(2)] juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

[(1)] O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2018, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos foram atendidas.

10. DEBÊNTURES

	31/12/2017	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2018
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	22.408	-	(21.426)	(60.221)	60.030	395	21.821	23.007
Custos a amortizar	(5.149)	5.148	-	-	-	-	(6.117)	(6.118)
Total	17.259	5.148	(21.426)	(60.221)	60.030	395	15.704	16.889
Passivo não circulante								
Debêntures	967.243	-	-	-	-	38.682	(21.821)	984.104
Custos a amortizar	(40.067)	-	-	-	-	-	6.117	(33.950)
Total	927.176	-	-	-	-	38.682	(15.704)	950.154
Total geral	944.435	5.148	(21.426)	(60.221)	60.030	39.077	-	967.043
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.105)							(7.020)
Dívida líquida	937.330							960.023

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2018
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	509.221
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	497.445
(-) Custos de transação - Debêntures				(40.068)
Subtotal				966.598
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(7.020)
Debêntures líquidas				959.578
Parcelas do circulante				16.889
Parcelas do não circulante				943.134

	31/12/2016	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2017
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	22.708	-	(20.543)	(59.380)	58.946	470	20.207	22.408
Custos a amortizar	(4.168)	5.313	-	-	-	-	(6.294)	(5.149)
Total	18.540	5.313	(20.543)	(59.380)	58.946	470	13.913	17.259
Passivo não circulante								
Debêntures	960.773	-	-	-	-	26.677	(20.207)	967.243
Custos a amortizar	(46.361)	-	-	-	-	-	6.294	(40.067)
Total	914.412	-	-	-	-	26.677	(13.913)	927.176
Total geral	932.952	5.313	(20.543)	(59.380)	58.946	27.147	-	944.435
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(6.896)							(7.105)
Dívida líquida	926.056							937.330

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2017
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	501.400
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	488.251
(-) Custos de transação - Debêntures				(45.216)
Subtotal				944.435
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(7.105)
Debêntures líquidas				937.330
Parcelas do circulante				17.259
Parcelas do não circulante				920.071

(*) As aplicações financeiras no montante de R$7.020 em 31 de dezembro de 2018 (R$7.105 em 31 de dezembro de 2017) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 96,52% do CDI (em 31 de dezembro de 2017, a taxa de 90% do CDI).

	Taxa	Indexador	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2017
Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado Compromissadas com Debêntures	96,52%	CDI	Nov/19 a Abr/20	7.020	7.105

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2018:

Exercícios	Valor
2020	48.096
2021	107.573
2022	193.311
2023 a 2024	635.124
	984.104

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1,00, totalizando R$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série forma emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.
Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2018 é de R$40.068 (R$45.216 em 31 de dezembro de 2017).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

Exercícios	Valor
2019	6.118
2020	7.221
2021	8.067
2022 a 2024	18.662
	40.068

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(1)] EBITDA ajustado/(amortizações + [(2)] juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

[(1)] O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

[(2)] Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

Hipóteses de Vencimento Cruzado

• Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

• Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, Metrô, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

• Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

• Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

• Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas INVEPAR, CART, LAMSA e MetrôBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

Empresa	**Rating limite**
INVEPAR	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

Em 31 de dezembro de 2018, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de debêntures foram atendidas.

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

(a) Composição do risco

	31/12/2018		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	4.924	17.501	22.425
Cíveis	2.733	31.577	34.310
Procedimentos Arbitrais	50.125	63.277	113.402
Total	57.782	112.355	170.137

	31/12/2017		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	3.986	15.215	19.201
Cíveis	2.345	29.413	31.758
Total	6.331	44.628	50.959

(b) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza do risco	31/12/2017	Constituição	Reversões/ pagamentos	31/12/2018
Trabalhistas	3.986	4.927	(3.988)	4.924
Cíveis	2.345	2.448	(2.060)	2.733
Procedimentos Arbitrais	-	50.125	-	50.125
Total	6.331	57.499	(6.048)	57.782

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. Detalhamos abaixo as principais causas:

i. Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 11.499.

ii. Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente. Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R$ 3, bem como especificar provas pelas partes. Em 20 de maio de 2018 foi proferida decisão nos autos da ACP que envolve a Nascente Água do Óleo, suscitando conflito negativo de competência com a Vara Cível, portanto, o processo irá para o TJSP para julgamento do incidente processual em tela.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2018, é de R$ 2.322.

iii. Em 25 de outubro de 2016, o Ministério Público Estadual (GAEMA) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2012 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna. A CART foi citada em 19 de julho de 2017 e apresentou defesa em 30 de agosto de 2017. Em 17 de outubro de 2017, houve juntada da réplica pelo Ministério Público Estadual.

Em 12 de março de 2018, o juiz deferiu a suspensão do processo pelo prazo de 180 dias em virtude de solicitação da CETESB. O MP agravou da decisão, recurso este ainda pendente de julgamento.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 2.450.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial e parte relacionada), com valor provisório atribuído de R$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS

S.A., e por outro lado, entende que OAS S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART respondeu ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R$350.000.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A., dando continuidade ao processo arbitral firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral.

No dia 29 de junho de 2018 as partes apresentaram alegações iniciais, que foram respondidas, por ambas as partes, em 31 de agosto de 2018. As peças foram replicadas em 28 de setembro de 2018 e as tréplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da OAS de R$50.124 como provável, reconhecidos como direito de concessão, R$63.277 como possível e R$362.609 como remoto.

Nenhum registro contábil foi realizado referente ao prognóstico dos pleitos da CART sendo R$213.325 avaliados como ganho provável, consubstanciada na opinião de seus assessores externos.

d) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado(estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R$1.899 (em 31 de dezembro de 2017, o montante é de R$1.376).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R$ 17.039 (em 31 de dezembro de 2017, o montante é de R$16.036).

12. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

	31/12/2018	31/12/2017
Infraestrutura de telecomunicação	49.748	51.703
Outros	395	321
Total	50.143	52.024
Circulante	8.805	8.483
Não circulante	41.338	43.541

13. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é:

	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Não circulante	94.372	24.078	118.450
Total	94.372	24.078	118.450

	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Não circulante	76.641	17.731	94.372
Total	76.641	17.731	94.372

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$1.180.000, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Acionistas	31/12/2018	31/12/2017
INVEPAR	380.500	205.000
	380.500	205.000

Durante o ano de 2018, a controladora efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital que totalizaram R$ 175.500, tendo em vista a necessidade de autorização prévia da ARTESP para a incorporação dos valores ao capital social da Companhia. Cabe ressaltar a total intenção da INVEPAR na integralização deste capital, restando apenas trâmites societários.

15. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2018 e 2017 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de pedágio	334.709	329.869
Receitas acessórias	17.511	37.654
Outras receitas	192	-
Impostos, deduções e cancelamentos	(31.357)	(33.463)
Receita de serviços	321.055	334.060
Receita de construção	141.554	194.214
Receita total	462.608	528.274

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(31.327)	(41.682)
Conservação e manutenção	(35.347)	(26.676)
Despesas adminstrativas	(31.052)	(19.378)
Operacionais	(30.356)	(29.130)
Outorga variável	(5.294)	(5.513)
Custo de construção	(140.152)	(192.291)
Provisão de manutenção	(24.079)	(17.731)
Depreciação e amortização	(97.750)	(97.084)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(1.164)	(942)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.230	(830)
	(395.289)	(431.256)
Custo de serviços prestados	(214.902)	(201.476)
Custo de construção	(140.152)	(192.291)
Despesas gerais e administrativas	(41.465)	(36.659)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.230	(830)
	(395.289)	(431.256)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	7.077	11.186
Outros	188	-
Total receitas financeiras	7.265	11.186
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(51.125)	(61.279)
Variação monetária passiva	(51.605)	(40.388)
Juros sobre debêntures	(65.181)	(64.259)
Outros	(838)	(3.408)
Total despesas financeiras	(168.749)	(169.334)
Total resultado financeiro	(161.484)	(158.148)

17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada

de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(45.025)	(45.025)	(90.050)	(102.954)	(102.954)	(205.907)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.308.195	1.308.195	2.616.389	1.308.195	1.308.195	2.616.389
Prejuízo básico e diluído por ação (R$)	(0,034)	(0,034)		(0,079)	(0,079)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

18. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;

ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;

iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;

iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2018 é de R$504 (R$470 em 31 de dezembro de 2017).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R$5.260 (R$5.480 em 31 de dezembro de 2017) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R$43.175. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R$139.534. Vigência de 12 meses.

19. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

		Vigência			
Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R$ 24.403	16/03/2018	16/03/2019 (*)	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R$ 136.146	16/03/2018	16/03/2019 (*)	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R$ 100.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R$ 280.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio Marine	(d)
D&O	R$ 100.000	20/03/2018	04/05/2019	XL Seguros	-
AUTO FROTA	110 % FIPE	24/08/2018	24/08/2019	Sompo Seguros S/A	-

(*) Contratos renovados para 16/03/2020.

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Instrumentos financeiros	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	13.861	-	41.531	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Contas a receber	-	20.395	-	18.631
Partes relacionadas	-	1.619	-	524
Total do ativo	13.861	22.014	41.531	19.155
Passivos				
Fornecedores	-	33.795	-	28.465
Partes relacionadas	-	14.757	-	15.728
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.459.487	-	1.546.748
Obrigações com poderes concedentes	-	504	-	470
Obrigações com empregados e administradores	-	5.479	-	8.596
Total do passivo	-	1.514.021	-	1.600.007

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de dezembro de 2018 tinham o valor de R$943.537 (R$906.012 em 31 de dezembro de 2017).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta valores a receber de R$20.395 sendo que os valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, representam 59,79% deste, ou seja, R$12.193, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Via Fácil"), registrados na rubrica "Contas a receber" (R$19.466 em 31 de dezembro de 2017, sendo 84,15% com a CGMP, ou seja, R$16.380). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

d) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de dezembro de 2018	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	158.047	910.812	390.628	1.459.487
Fornecedores	33.795	-	-	33.795
Concessão de serviço público	504	-	-	504

31 de dezembro de 2017	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	159.038	957.408	430.301	1.546.747
Fornecedores	28.465	-	-	28.465
Concessão de serviço público	470	-	-	470

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%
DI Ativo (% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%
TJLP (% ao ano)	6,55%	8,19%	9,83%
IPCA Ativo (% ao ano)	4,10%	3,08%	2,05%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,10%	5,13%	6,15%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2018, a sensibilidade dbe cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Ativo financeiro

Operação	Risco/ indexador	RESULTADO			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	2	-	-	-
		2	-	-	-
Fundo Mover					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	253	18	14	9
Letras financeiras do tesouro	SELIC	1.913	137	103	68
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	IPCA	161	7	5	3
		2.329	162	121	81

Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	RESULTADO			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
BNDES	TJLP	294.421	19.285	24.106	28.927
BNDES	IPCA	277.516	11.378	14.223	17.067
Debênture	IPCA	966.598	39.631	49.538	59.446
Total		1.538.535	70.293	87.867	105.440
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	(79.493)	(5.692)	(4.269)	(2.846)
Total		1.459.042	134.895	171.464	208.034

(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI, Selic e IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.459.487	1.546.747
Caixa e equivalentes de caixa	(13.861)	(41.531)
Dívida líquida	1.445.626	1.505.216
Patrimônio líquido	614.868	529.418
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.060.494	2.034.634

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	13.861	-	13.861	-
Total	13.861	-	13.861	-
Empréstimos e financiamentos	499.464	-	499.464	-
Debêntures	960.023	-	960.023	-
Concessão de serviço público	504	-	504	-
Total	1.459.991	-	1.459.991	-

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	41.531	-	41.531	-
Total	41.531	-	41.531	-
Empréstimos e financiamentos	609.417	-	609.417	-
Debêntures	937.330	-	937.330	-
Concessão de serviço público	470	-	470	-
Total	1.547.217	-	1.547.217	-

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas Explicativas nºs 9 e 10).

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

21. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2018	31/12/2017
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	9.321	2.513
	9.321	2.513

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou revisou o *rating* de emissor e o *rating* atribuído à 2ª emissão de debêntures da CART ("Debentures"), passando de 'brA-' para 'brBB-', permanecendo com *CreditWatch* negativo. Esta ação de *rating* decorreu do rebaixamento da classificação de risco da INVEPAR, conforme detalhado na Nota Explicativa 01.

(ii) Em 13 março de 2019, foi encerrada a participação da Controladora na Operação *Greenfield*. A decisão foi proferida pela 10.ª Vara Federal de Brasília, após procedimentos de auditorias realizadas pela Controladora e com a concordância do Ministério Público Federal, revogando as medidas cautelares que haviam sido impostas.

(iii) Durante o 1º trimestre de 2019, a CART recebeu aportes de seu acionista no montante de R$6.000.